



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.339, DE 2023

(Do Sr. Alberto Fraga)

Acrescenta o parágrafo 5º ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer como abusiva a publicidade de alimentos ricos em açúcar, sal e gordura saturada em locais destinados ou frequentados majoritariamente por menores de 16 anos e em conteúdos de comunicação social que tenham como público-alvo as crianças e adolescentes, como forma de contribuir para o enfrentamento da obesidade infantil e do adolescente, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-239/2022.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2023

(Do Senhor Deputado Alberto Fraga).

Acrescenta o parágrafo 5º ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer como abusiva a publicidade de alimentos ricos em açúcar, sal e gordura saturada em locais destinados ou frequentados majoritariamente por menores de 16 anos e em conteúdos de comunicação social que tenham como público-alvo as crianças e adolescentes, como forma de contribuir para o enfrentamento da obesidade infantil e do adolescente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta parágrafo ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer como abusiva a publicidade de alimentos ricos em açúcar, sal e gordura saturada em locais destinados ou frequentados majoritariamente por menores de 16 anos e em conteúdos de comunicação social que tenham como público-alvo crianças e adolescentes.

Art. 2º O art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo:

“Art. 37.....

.....



§ 5º É abusiva, na forma do regulamento, a publicidade de alimentos ricos em açúcar, sal e gordura saturada em escolas e outros equipamentos destinados ou frequentados majoritariamente por menores de 16 anos, até uma distância de 100 metros, bem como em publicações, programas de rádio e televisão e conteúdos disponibilizados em plataformas de internet, aplicativos ou outro meio de comunicação social que tenham como público-alvo crianças e adolescentes.”

Art. 3º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo alterar o Código do Consumidor (CDC) para regular a publicidade em locais destinados ou frequentados majoritariamente por menores de 16 anos e em conteúdos de comunicação social que tenham como público-alvo as crianças e os adolescentes, como forma de contribuir para o enfrentamento da obesidade infantil e do adolescente.

Legislações desse tipo estão sendo editadas em todo o mundo – por exemplo, em Portugal e no Japão – como forma de buscar restringir, ao menos entre crianças e adolescentes, o consumo de alimentos com quantidade elevada de açúcar, sal e gordura, pois esses estão, como demonstram vários estudos, diretamente relacionados ao aumento de risco para cânceres e outras doenças, como diabetes, derrames, pressão alta e de origem cardíaca.

Ao menos 20% dos brasileiros atualmente podem ser considerados obesos, a determinar consequências pessoais graves, na área da saúde e na convivência social. Ademais, de modo coletivo, a obesidade gera custos relevantes para o sistema de saúde.

Nesse contexto, a educação e a proteção das crianças e adolescentes mostra-se fundamental, como forma de evitar a obesidade nessas faixas etárias, ademais de contribuir para a formação de cidadãos conscientes e multiplicadores dos bons hábitos alimentares. Assim, evitar que crianças e adolescentes sejam expostos à publicidade de alimentos ricos em açúcar, sal e



gordura saturada em determinados locais e condições aponta ser um passo importante para a proteção da saúde desse público.

Assim, por ser medida de relevância social para a proteção e a formação de bons hábitos alimentares às crianças e aos adolescentes, e consequentemente para a saúde deles, é que solicito aos colegas parlamentares o aperfeiçoamento e a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 2023.

Deputado Alberto Fraga





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 Art. 37	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-11:8078
--	---

FIM DO DOCUMENTO